

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT21.040

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DOCENCIA SUPERIOR EM SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: ANÁLISE DO PÉRIODO DE 1823 À 2010

Deyvid Braga Ferreira¹Javan Sami Araújo dos Santos²

RESUMO

Este artigo tem por escopo analisar a evolução histórica da docência superior em segurança pública no Brasil, fazendo uma reflexão acerca do percurso histórico das primeiras formas de transmissão de conhecimento até o início do século XXI. Para desvelar tal problemática, fora realizado um trabalho de pesquisa qualitativo com revisão bibliográfica. Os resultados obtidos revelaram que no interstício de 03/1823 à 06/2010 nunca fora implementado um curso superior em segurança pública no Brasil. Através desta pesquisa, pudemos concluir que a docência superior em segurança pública e a consequente investigação científica constituem um campo ainda escasso, pois a produção de conhecimento é realizado por parques profissionais, que podem estar vinculados ou não a área.

Palavras - chave: Evolução histórica. Docência superior. Segurança pública.

1 Pós - Doutorando em Educação pela UFAL. Mestre em Educação pela UFAL. E-mail: deyvidbrafe@bol.com.br

2 Mestre em Educação pela UFAL. E-mail: javansami@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Desde a época da nossa colonização, o povo brasileiro está em constante contato com a violência. Basta um rápido olhar em nossa história, para constatarmos que as mais brutais afrontas a dignidade do ser humano se fazem presentes até os nossos dias. Com o fito de sanar tal problema, a sociedade vem paulatinamente cobrando ações afirmativas do governo, para que este propicie mais segurança ao cidadão, combatendo a criminalidade e a violência em todas as suas formas.

Diversos são os trabalhos (científicos ou não) que apontam a deficiência no ensino policial como fonte primária de tamanha ineficiência do aparelho de segurança pública nacional. Damatta (1997) ao traçar um perfil de nossa sociedade atual e a contrapor com o jargão: “você sabe com quem está falando”, nos apresenta uma interessante correlação entre os preconceitos e estereótipos adotados pelo agente da segurança estatal (policias) em seu labor cotidiano, que nos leva a supor que o fator de determinação desta conduta seria uma possível deficiência no seu bojo instrucional (deficiência na formação/ ensino oferecidos pelas academias de polícia).

Para ser docente das academias de policia no Brasil, abre-se um edital de convocação com requisitos a serem preenchidos pelos interessados. O que pudemos constatar através de pesquisas feitas nos sites das secretarias de defesa social do nosso país, é que a depender da matéria, o grau de escolaridade (especialista, mestre ou doutor) poderá ser requisito ou não de ingresso. Às vezes, não existe nem edital³ e todos são “convidados” a ministrar instrução.

Não existe um padrão curricular a ser seguido nestes cursos, ficando ao bel prazer do Secretário de Defesa Social do estado ou a quem este delegar poderes, a matriz curricular dos cursos de formação policial.

3 Como exemplo, citamos o ultimo concurso para soldado bombeiro/AL, onde não houve edital e todos os docentes foram indicados pelo Comando Geral do Corpo de Bombeiros de Alagoas.

Para tentar aplacar o clamor social e dar-lhe alguma resposta, o governo cria por intermédio do Decreto Presidencial nº 2.315/1997 a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que já se põe em campo para começar a tecer os fios de uma Matriz Curricular Nacional de formação única para todos os profissionais da segurança pública no Brasil.

Ora, conforme GNERRE (2003) é no currículo, que se externaliza a medição de forças entre os atores sociais. É ali que as forças de dominação se apresentam e representam suas propostas de como deve ser a sociedade. Para melhor desvelarmos tal temática, vejamos a trajetória da docência superior em segurança pública no Brasil ao longo dos tempos.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica, tendo em vista buscarmos subsídios teórico – doutrinários para tratarmos das questões da evolução histórica da docência superior em segurança pública, conforme FLICK (2008).

1 A DOCENCIA SUPERIOR EM SEGURANÇA PÚBLICA

Vejamos, então, como ocorreu a evolução histórica da docência superior em segurança pública no Brasil, fazendo uma reflexão acerca do percurso histórico das primeiras formas de transmissão de conhecimento até o início do século XXI:

1.1 O PERÍODO COLONIAL (1500 À 1822)

Desde que fora “descoberto” por Portugal, o Brasil foi constantemente explorado pela sua colônia. Holanda (1983) nos mostra que: de 1500 a 1530, a colonização não adentra de forma mais impactante nosso território, ficando adstrita a breves incursões para subtrair nossa flora

(pau-brasil). Por volta de 1530 começa-se o povoamento de nosso território, sendo posteriormente fundada a Vila de São Vicente.

Diante do quadro de que outras potências a época lançavam-se ao mar em busca de novas terras e com o intuito de acumular metais preciosos que poderiam ser descobertos, Portugal implementa no Brasil o sistema de Capitânicas Hereditárias para alavancar a colonização e levantar divisas com a vendagem de nossas terras.

Com a chegada dos “novos donos” das terras brasileiras, eis que se intensificam os conflitos com os nativos (índios) em nosso litoral, pois disputam com os estrangeiros as terras que antes lhe eram presentes de seus deuses e que agora possuíam proprietários.

Haverá uma primeira tentativa de se escravizar os nativos de nossas terras, para logo em seguida ser repassada tal carga aos negros, vindos da África, que sentiriam essa opressão em virtude principalmente do açúcar.

Forma-se uma nobreza latifundiária, onde o estado exercerá seu papel de protetor através do governo geral, subsidiado pelos: bandeirantes, Exército Imperial, Quadrilheiros e Capitães do Mato.

Conforme Pires (2008), serão os donatários que, por determinação do Rei de Portugal, que executaram as primeiras ações de polícia. O exercício da autoridade policial foi dado ao Almotacé, onde deveria fiscalizar: pesos, medidas, preços dos produtos distribuição dos gêneros de consumo além de zelar e vigiar as cidades. Mais adiante, foram os fazendeiros e donos de engenhos que fizeram uso do poder de polícia para manutenção de suas propriedades e coibição ao banditismo.

Segundo a mesma autora (2008, p. 07),

No período colonial, encontrou-se registro do primeiro esboço de polícia, decorrente da Correição de 24 de outubro de 1626, quando foram instituídos os Quadrilheiros, com atribuições de policiamento da cidade do Rio de Janeiro, seguidos pelos Capitães-Mores de Estrada e Assalto, vulgos “Capitães do Mato”. Havia também os Alcaides que, dentre outras incumbências, efetuavam prisões.

No ano de 1808, durante a estadia em nosso país de Dom João VI, surge o embrião da polícia civil com o nome de “Intendência de Polícia da Corte”. Após a proclamação da independência, vamos observar o surgimento das polícias militares a partir da “Guarda Nacional” em 1831.

Em relação a educação, esta fica a cargo dos jesuítas (Giles, 1987 e Saviani, 2008) que se preocupam apenas em dar um conteúdo voltado ao homem culto, erudito nas letras, ou seja, um padrão tipicamente Português e Europeu. Busca-se, com isto, a formação de uma elite letrada.

Só quem frequenta as escolas são os homens bons, ou seja, quem detinha uma certa quantidade de riqueza. De outra forma, somente se fosse seguir o sacerdócio. Aqueles que desejavam cursar uma faculdade deveriam ir a Europa. Isto se mostra um contra censo, tendo em vista que desde o Séc XVI os espanhóis fundaram universidades em suas colônias nas Américas.

1.2 O PERÍODO IMPERIAL (1822 À 1889)

Holanda (1983) *classifica tal época em dois períodos* (1983, p. 32):

O Primeiro Reinado, que se iniciou em 7 de setembro de 1822 e teve por fim quando D. Pedro I abdicou em 7 de abril de 1831, e o Segundo Reinado, que foi iniciado na mesma data com a aclamação de D. Pedro II e perdurado até a proclamação da República. Este período da História do Brasil é denominado, tradicionalmente pela historiografia, como “Brasil Império”, “Brasil Imperial” e “Brasil Monárquico”.

No ano de 1808, durante a estadia em nosso país de Dom João VI, surge o embrião da polícia civil com o nome de “Intendência de Polícia da Corte”. Após a proclamação da independência, vamos observar o surgimento das polícias militares a partir da “Guarda Nacional” em 1831 por todas as províncias do País.

O site da Câmara dos deputados proporciona uma acervo intitulado: “Coleção de Leis do Império”, que nos mostra as leis que foram editadas no período imperial e servem de norte para que possamos entender como

a instrução pública no País, e em especial na segurança pública começaram a serem compostas.

Nele, podemos observar o decreto de 1º de março de 1823, responsável por criar uma “primeira estrutura” educativa em nosso país. O mais interessante disto tudo é seu público alvo: militares e demais “cidadãos” interessados em aprender as primeiras letras a partir do método Lancaster.

Tal decisão fora reforçada pelo Decreto nº 69 do Ministro da Guerra de 29 de abril de 1823 (que manda retirar das fileiras militares das províncias ou dois indivíduos a fim de frequentar as escolas da corte) e a Decisão nº 138 do Ministro da Guerra de 11 de junho de 1824 (determinando que ao concluírem seus estudos, voltem a suas fileiras de origem para transmitir os conhecimentos aprendidos).

Entretanto, por que a escolha do método mútuo ou Lancaster para o ensino de primeiras letras no império.

Em seu nascedouro e idealização por Lancaster (Giles, 1987) tal método surgiu para ensinar uma grande massa de pobres que necessitavam deste conhecimento para tentar a sorte no mercado de trabalho na Inglaterra. O método consistia na transmissão do conhecimento a um grupo de meninos mais amadurecidos e inteligentes que, iriam retransmitir as informações para outros grupos menores, podendo ser ensinado a uma grande quantidade de pessoas.

Em nosso país, fora abolida a escravidão. As oligarquias latifundiárias cafeeiras e açucareiras vinham paulatinamente substituindo a força escrava pela força dos imigrantes. Cada vez mais, uma grande massa de ex-escravos pobres se espalhavam pelo país e lotavam as cidades.

O exército brasileiro, que no primeiro império garantiu de forma férrea a unidade de nosso país, agora desperta para a necessidade de um alistamento militar obrigatório, para sua continuidade e desenvolvimento.

Este é o contexto. O militar ou policial era retirado diretamente do seio social. Segundo Holloway (1997), a sociedade à época, composta de uma

massa pobre, sem patrão, que não tinha riqueza alguma, não tinha status, e nem detinha poder, representava uma ameaça, a elite dominante. Por este motivo, ela deveria ser institucionalmente controlada.

Segundo Neves (2005) o método Lancasteriano seria escolha ideal para a elite dominante. Simples e extremamente barato, além de ser à época um método extramente disciplinador, proporcionando ou inculcando a ordem e a disciplina para aqueles que não a queriam ou entendiam (novos recrutas), exacerbando severas punições a quem não se enquadrasse nas regras militares.

É esse o quadro que perdurará pelo período imperial.

Em relação as faculdades, Olive (2002) nos mostra que em 1808 foram criadas outras instituições (Escola de Cirurgia, Academia Militar e Escola de Belas Artes). No período imperial, não se cria uma Universidade do Brasil. A autora formula a hipótese do prestígio da Universidade de Coimbra para a qual os filhos das elites iam estudar como óbce a criação.

1.3 PERÍODO REPÚBLICANO (1889 À 1930)

Somente após a morte de Floriano Peixoto é que os militares deixam paulatinamente o poder. Para Holanda (1983) é com a saída de Floriano Peixoto, em 1894, que se consolida um embrionária das oligarquias, mais precisamente de uma República Oligárquica, que foram dominadas por: São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.

Entre 1894 até aproximadamente 1930, o poder político ficou nas mãos das oligarquias cafeeiras paulistas e mineiras, período conhecido popularmente como: a república do café-com-leite. O “café” foi uma alusão direta a São Paulo, maior centro produtor e exportador de café do país, e o “leite” é uma alusão a Minas Gerais, tradicional produtora de leite.

É desse período a formação da figura do “Coroner”. Para homogeneizar seus domínios políticos, tal figura garantia os votos dos seus “apadrinhados” (voto de cabresto) para o governador de estado em troca de apoio político para seus “indicados” no município em que ele residia. Em vir-

tude de ser sempre um grande latifundiário, num Brasil essencialmente rural e de exacerbada concentração de terras (latifúndios) nas mãos de poucos, havia uma extensa seara para quessa figura “singular” mandasse e desmandasse na política. Muitas vezes, na ávida procura por votos, o “Coroner” era a única ligação entre aquela população e o poder estatal.

Em virtude dos laços “afetivos” que cultivava no seio político, geralmente indicava as pessoas para ocuparem os cargos de: Intendente Municipal, Prefeito, Delegado de Polícia ou Vereador.

Nesse período a polícia é totalmente governada/ comandada pelos governadores de estado. Nesse cenário, São Paulo/ Minas Gerais encaminham policias aos USA/ EU para que possam treinar e aprimorar seus conhecimentos (Huggins, 1998).

Mais uma vez o quadro se perpetua. O estado gesta uma polícia política, voltada exclusivamente para defender as oligarquias dominantes, onde se perpetua o elitismo das oligarquias regionais.

Conforme Olive (2002), somente em 1920 é criada a Universidade do Rio de Janeiro, primeira universidade no Brasil, pelo Decreto nº 14.343 de 1920.

1.4 O GOVERNO PROVISÓRIO (1930 À 1937)

Até o ano de 1930 vigorava no país a conhecida aliança política “café-com-leite” (entre São Paulo e Minas Gerais), tendo uma grande influência da economia cafeeira e, portanto, com os grandes latifundiários.

Nesse contexto, existia um acordo de revezamento entre as elites dominantes, onde os presidentes ora eram apoiados pelo Partido Republicano Paulista (PRP – SP), ora eram apoiados pelo Partido Republicano Mineiro (PRM - MG), para assumirem/ governarem a presidência de nosso país. Com isto, os jogos de interesse persistiam mesmo com um ou outro partido no poder, pois, em tese, buscavam seus próprios benéficos sem desagradar seus companheiro subsequente.

Entretanto, como em todo “bom casamento”, existe sempre alguma picuinha fomentada por alguém. Washington Luis ao indicar um companheiro do mesmo partido a sucessão (Julio Prestes), desagrada à oligarquia mineira, motivo que a levou a unir-se com outras oligarquias, como a do Rio Grande do Sul.

Júlio Prestes consegue a vitória, mas em virtude de uma aliança que alegava fraudes nas eleições, que reunia gaúchos, mineiros e paraibanos, (Fragoso, 1996) arquitetaram uma revolta armada para impedir a sua posse. A situação se complica ainda mais quando João Pessoa, vice de Getúlio é assassinado em Pernambuco.

Devemos lembrara que estamos sentindo a crise de 1929 e que o exercito continua descontente desde a revolta do tenentismo. Isto fora o pretexto certo para que fosse formada uma junta governamental composta pelos comandantes das forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e transmitissem o poder a Getúlio Vargas, que iniciaria a conhecida “Era Vargas” por um lapso temporal de aproximadamente 15 anos.

Nesse período, é criado o Ministério da Educação e da Saúde, onde se aprova em 1931 o Estatuto das Universidades Brasileiras.

Um ponto curioso deste período é que o primeiro ministro da Educação dá ênfase a criação de Faculdades de Educação em nosso país, em detrimento dos cursos mais tradicionais (pois deveria incluir três dos seguintes cursos: Direito, medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras).

No campo policial, Vargas centraliza o controle das polícias para o governo central. Com tal engendramento, e a partir do estado novo, começa-se um período ditatorial em nosso país que trará um novo contorno a força policial: o de polícia política como elemento de controle e coercibilidade social.

1.5 O ESTADO NOVO (1937 À 1945)

Getúlio Vargas em setembro de 1937 cria um engodo sob a forma de denuncia acerca de um plano comunista para a tomada de poder no Bra-

sil. Tal intento recebera o nome de plano Cohen (Linhares, 1996 e Holanda, 1983). Com isto, existe uma comoção muito forte nas camadas populares além da patente instabilidade causada pela Intentona Comunista. Tudo isto, dará o pretos que Vargas necessitava para, com o aval dos militares, dar um golpe de estado e instaurara uma ditadura em nosso país.

Tal regime político fora inspirado na ditadura militar de Salazar em Portugal e recebera o nome de Estado Novo.

O grande diferencial neste período, é que o governo irá promover diversas manifestações patrióticas, cívicas e nacionalistas e eram incentivados, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, os apelos patrióticos na imprensa e nos livros didáticos (Huggins, 1998).

Holanda (1983) nos lembra que neste período da história, as classes menos favorecidas e as minorias passaram a “supostamente” influenciar a política nacional. O Brasil deixava de ser eminentemente rural para começar uma era de industrialização. A trama antes costurada pelo voto de cabresto no interior, passara a ser substituída por “favores urbanos”.

Como era de se esperar, não tardaram a ocorrer sentimentos contrários (político-militar) a aproximação do povo com o poder. Vargas iria determinar o fechamento do Congresso Nacional e extinção dos partidos políticos. Com a entrada em vigor de uma constituição outorgada, concedia-se amplos poderes ao presidente com o controle total do *Executivo, além de poder* nomear interventores nos estados, aos quais, foram dadas amplo poder decisório. Na prática todo o período do Estado Novo foi governado através de decretos –lei.

Na área da educação poderemos evidenciar a criação da Universidade do Distrito Federal, por Anísio Teixeira através de um decreto municipal.

Para as policiais começa a áurea negra. Cria-se a DOPS (Delegacia da Ordem Pública e Social) para atura balisamente na perseguição aos opositores do regime. É neste período que se estreitam as relações USA x BRA onde policiais são mandados para serem treinados em práticas de interrogatórios e torturas nos Estados Unidos; tudo de forma autoritária e truculenta.

1.6 DEMOCRACIA – O SUICÍDIO DE VARGAS (1946 À 1954)

Havia um contra senso bem interessante neste período no Brasil. Se por um lado, os militares brasileiros lutavam na guerra contra as ditaduras fascistas e nazistas, internamente existia uma ditadura (Linhares, 1996 e Holanda, 1983).

A constituição de 1946 foi realmente democrática: surgiram o pluripartidarismo (onde o partido comunista fora legalizado). Na data de 05/08/ 1954, um atentado a tiros mata o major Rubens Florentino Vaz (da FAB), e fere Carlos Lacerda (ex-deputado federal da UDN). O atentado foi atribuído a membros da guarda pessoal de Getúlio, chamada pelo povo de “Guarda Negra”. Por este motivos, Getúlio se vê acuado por militares e pela imprensa nacional, a renunciar ou pedir licença do cargo de presidente. Esta crise levou Getúlio Vargas ao suicídio na madrugada de 23 para 24 de agosto de 1954, logo depois de sua última reunião ministerial, na qual fora aconselhado, por ministros, a se licenciar da presidência.

Com tal ato, a popularidade de Getúlio é extremamente exacerbada e o clima é de comoção geral no país. Com isto, se preserva a popularidade do PTB e impede uma rigorosa investigação das contas do país. Com isto, é aberto caminho para que Juscelino Kubitschek seja eleito presidente e que João Goulart (O Jango) seja eleito seu vice.

Em 1946, surge a primeira Universidade Católica No Brasil, uma vez que esta atendeu os requisitos do Decreto 8681 de 1946. Tanto a polícia quanto o exército atuam em parceria ao FBI e a CIA na cassação de informações políticas dos comunistas.

1.7 A DEMOCRACIA POPULISTA (1954 À 1964)

A brevidade será o marco deste período de governo. De forma breve, governantes sucederam-se no comando político de nosso país.

Juscelino Kubitschek se tornou presidente em 1956 e assumiu uma postura conciliadora em relação à oposição política, fato este que lhe

garantiu um governo sem grandes crises. A economia e o setor industrial cresceram de forma considerável. Seu maior feito foi a construção da nova capital do país, em sua sede interiorista e desbravista, que foi inaugurada em 1960. Seu sucessor, Jânio Quadros, renunciou em 1961, menos de um ano após assumir o cargo. Seu vice-presidente, João Goulart, assumiu a presidência, mas enfrentou uma forte e ferrenha oposição política, sendo deposto pelo Golpe de 1964 que resultou em um regime militar (Linhares, 1996 e Holanda, 1983).

Para as polícias, o que lhes resta será a repressão político-institucional aos opositores do regime. O modelo de um estado centrado e autoritário retornava, com a figura de um general no poder. Será em 1961 que foi criada a Universidade de Brasília, para fomentar o desenvolvimento de uma cultura e de tecnologia nacional para alavancar o desenvolvimento visto à época.

1.8 A DITADURA MILITAR (1964 À 1985)

Huggins (1998) nos remonta que durante este período houve uma maciça campanha publicitária no rádio, cinema, imprensa e televisão do “perigo comunista” que era representado por Jango. Em nosso país, a opinião pública estava temerosa. Representada pela classe média, começou a se mobilizar.

Os EUA desde 1961 já estavam fomentando o golpe, através dos militares brasileiros, com respaldo político e econômico das forças da *UDN*. *Devido as declarações de Lacerda, que sugeriu uma intervenção americana no Brasil, os militares ficam empolvorosos e solicitam ao congresso nacional o estado de sítio e a prisão de Lacerda. A prisão fora recusada e tentou-se sem nenhum resultado proveitoso o controle, pelo Congresso Nacional das inúmeras revoltas violentas, greves e a instabilidade social instaladas no Brasil.*

Algumas revoltas de militares, onde os praças do exército foram anistiados por Jango, foi o motivo maior para o que viria a ser o Golpe de

1964. O motivo maior a ser alegado para tal golpe, foi evitar a instalação de “comunistas” no Brasil.

Nesse período, houve uma expansão de faculdades e universidades (maioria pública) em nosso país. Enquanto que as faculdades dedicavam-se quase que exclusivamente ao ensino, nas universidades via-se o trinômio: ensino, pesquisa, extensão em toda a sua totalidade.

É nesse interregno que se propicia a CAPES, em 1972, a avaliação dos cursos de mestrado e doutorado no país.

1.9 O PERÍODO CONSTITUINTE ATUAL (1988 À 2010)

Os civis voltam ao poder em 1985, quando José Sarney assumiu a presidência. Em 1988 promulga-se a nossa atual constituição republicana. Dois grupos exerceram forte pressão quanto ao ensino nesta época: os privatistas, onde o ensino deveria ser custeado pelos interessados e também por verbas públicas e aqueles que defendiam o ensino público e gratuito para todos.

Através dos acordos, fora assegurada a gratuidade nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis, além da indissociabilidade erigida ao patamar constitucional, do ensino, pesquisa e extensão.

Não podemos esquecer que a edição da lei federal nº 9394 de 1996 vem a propiciar as bases da educação nacional.

Acontece que o governo em vez de fomentar políticas de inclusão/afirmativas que propiciem o aumento vertiginoso da profissão docente e do aumento de vagas públicas, vem promovendo paulatinamente um sucateamento da máquina educativa estatal.

O plano neoliberal de estabelecer um estado mínimo, onde a educação deve ser uma mercadoria a ser comprada, coaduna com as políticas de instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), da Lei de Inovação Tecnológica, da educação à distância e das Parcerias Público-Privadas.

Conforme podemos observar, as disputas políticas entre os capitais hegemônicos (Frigoto, 1996 e Santomé, 2003) maquiagem suas verdadeiras intenções quanto ao ensino público de qualidade. Travestidos de nobres discursos idealizadores, que não são neutros ou inocentes na medida que expõem a ideologia daqueles que o proferem e que na maioria das vezes possuem implícitos e silenciamentos que uma pessoa desatenta não percebe (Florêncio, 2009), afirmam que a máquina estatal é improdutiva é somente a iniciativa privada pode dar qualidade e cidadania aos estudantes, desde que paguem uma módica soma pela mercadoria (ensino/conhecimento) que lhes era ofertado.

Na seara policial, ainda não existe qualquer curso superior de segurança pública. O governo federal, através das PPP, paga para que instituições particulares ofertem especializações me sentido lato, mas não promove graduações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, teve como forma de pesquisa o método qualitativo, e como instrumento de investigação a pesquisa documental. Isto nos proporcionou a possibilidade de um recorte histórico sob o tema, abstraindo o que seria útil para o seu desvelamento.

Vivemos num estado democrático de direito. Nosso país, optou por um sistema jurídico positivado em detrimento de um sistema consuetudinário. Isto significa que na formação de nosso estado, a sociedade em determinado momento prefere que sejamos regidos por leis. Em outros países, o costume e as decisões dos magistrados e que se tornam as leis.

Isso significa que a cada salto evolucionário de nossa civilização, existem leis que pautaram as condutas dos cidadãos brasileiros, indicando o que era certo e o que era errado.

Nessa mesma trilha é que observamos as polícias. Desde sua criação no Brasil, sua origem vem a estar intimamente relacionada a defesa dos

interesses das classes dominantes, sendo subordinada aos ditames dos governos a que serviam.

Servirá única e exclusivamente como instrumento de controle social sendo subserviente aos ditames do capital econômico vigente a sua época.

Isto é totalmente contrário ao seu surgimento no mundo. Na formação do estado moderno, por volta do Séc XVI, polícia, política e poder são conceitos que vão estar umbilicalmente entrelaçados. Neste período na Europa, o termo política será propiciada por uma relação de amizade, inimizade ou neutralidade entre estados soberanos.

O elemento coercitivo do estado, detentor do monopólio do uso da força física ou letal, sempre a mando do estado, tentará se desvincular das políticas do governo, das classes que dominam o governo (Monet, 2002).

Em nosso país, a cada ciclo dominante, encontramos um esquema bem engendrado de ocultação dos verdadeiros mentores e exposição em massa dos homens de frente (policiais).

A polícia no Brasil evoluiu de acordo com a classe política que dominava o país, servindo aos seus interesses. A docência para seus profissionais nunca foi objeto de estudos ou tratamento constitucional.

A SENASP em 2003 lança as primeiras bases de uma matriz curricular única, mas não propicia um curso de graduação em segurança pública. Ao contrário, segue os ideais neoliberais e fomenta com a iniciativa particular cursos de especialização em sentido lato.

A constituição de 1988 ao erigir a segurança pública como direitos de todos e dever do estado, dá uma luz, que se apaga no fim do túnel. Faltam políticas de qualificação profissional.

Atualmente, temos esforços no sentido de implementar uma política de respeito aos direitos humanos na polícia. Não se concebe mais um policial truculento e marginalizado. Hoje, a conduta policial deve se pautar nos respeitos aos direitos humanos (CHÂTELET; DUHAMEL, & KOUCHNER, 1992).

Conforme Balesteri (2003) o policial é o maior promotor de direitos humanos do estado, visto que somente ele chega em locais onde o poder

público se omite ou faz vistas grossas. Essa é sem dúvida, a maior quebra de paradigma que possuímos. O que nasceu entregando as orelhas de escravos e invasores fugitivos para os donatários, hoje promove a paz e auxilia na manutenção do estado democrático de direito.

Em nosso entendimento, a falta de uma graduação superior em segurança pública prejudica a falta de: ensino, pesquisa e extensão dos profissionais desta área, dificultando em muito a produção de conhecimentos científicos a respeito do tema. O que ocorre, são profissionais de diversas áreas que ao entrar na vida policial, orientam suas produções para a área, mas ainda assim são poucas tais produções. Em sua grande maioria, são furtos de instituições privadas, que não tem tradição em pesquisa, coisa que compromete ainda mais o quadro.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos:** coisa de polícia. 3ª Ed. Porto Alegre: CAPEC, 2003.

CÂMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS. <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Oliver & KOUCHNER, Evelyne Psier. **História del pensamiento político.** 2ª Ed. España: Gráficas Ortega, 1992.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: ROCCO, 1997.

FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras:** 1823 - 1988. 2ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama "et all". **Análise do discurso:** fundamentos & prática. Maceió: EDUFAL, 2009.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise no capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1996.

GILES, Thomas Ransom. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: Do descobrimento à expansão da territorial**. Tomo I, 2º Volume. 7ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **História geral da civilização brasileira: Declínio e queda do império**. Tomo II, 4º Volume. 4ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **História geral da civilização brasileira: Sociedades e instituições**. Tomo III, 2º Volume. 3ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

HUGGINS, Martha K. **Política e polícia: relações Estados Unidos/ América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 6ª Ed. Rio de Janeiro, CAMPUS, 1996.

MONET, Jean Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

MOORE, Michael G & KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PIRES, Tânia Aparecida Porfírio de Souza. **O ensino policial civil: O caso da academia de polícia civil de Goiás**. 2008, 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2008.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SILVA, Suamy Santana da. **Teoria e prática da educação em direitos humanos nas instituições policiais brasileiras**. Porto Alegre: CAPEC, 2003.

SOARES, Maria Suzana Arrosa. **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol II – Século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. Histórias e memórias da educação no Brasil, vol III – Século XX. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ZACCARIOTTO, José Pedro (org.). **A polícia civil e a defesa dos direitos humanos: Coletânea de instrumentos internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos.** São Paulo: ACADEPOL, 2009.

HOLLOWAY, Thomas H. **A polícia no Rio de Janeiro:** repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

NEVES, Fátima Maria. **O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889).** 2003, 293f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2003